



Artigo de opinião do professor João Relvão Caetano

A reforma das universidades no nosso tempo

JOÃO RELVÃO CAETANO



¶ Pretendo com este artigo chamar a atenção para a necessidade de reforma do sistema de ensino superior e, em particular, das universidades em Portugal. É uma matéria complexa, pouco evidente e mal-assumida, pelo que é preciso fazer o debate, porque as universidades nunca se autorreformam, salvo se forem empuurradas ou persuadidas.

Nada como começar pela realidade, para se perceber que há fatores favoráveis ao progresso social e à reforma das universidades, como sejam o desenvolvimento científico e tecnológico, o desenvolvimento socioeconómico e as iniciativas que visam alargar os direitos de acesso ao ensino superior e à democratização da ciência.

Não falarei hoje do âmbito ou especificidades da reforma, limitando-me a mostrar que a mudança está a ser imposta de fora às universidades, pelo que é necessário que estas e os universitários acompanhem essa mudança cumprindo as suas funções, apoiados por políticas públicas adequadas.

Que se espera das universidades e dos universitários no nosso tempo?

Um colega professor de literatura dizia-me há dias que a preparação do professor universitário se percebe pelo computador que utiliza. É uma afirmação paradoxal, mas que evidencia que a realidade evolui. Longe vão os tempos em que ao estudante se pedia que estudasse unicamente pela "sebenta" do professor, que este escrevia por dever de ofício. Isso mesmo experimentei ainda há 30 anos na Universidade de Coimbra, minha "alma mater", onde aliás aprendi muito. Mas hoje é impossível que um professor universitário ou um estudante não saibam utilizar eficientemente um computador, nas múltiplas possibilidades que tem.

A universidade, como maior projeto humano alguma vez tentado de procura sistemática da verdade em todos os domínios do saber, persiste, mas a forma histórica da sua realização alterou-se. A transição digital de que tanto se fala, como forma imprescindível e urgente de desenvolvimento das nações, abrange as universidades, implicando que o acesso a novas tecnologias e a formação generalizada dos participantes nos processos de ensino e aprendizagem, quer uma mudança de mentalidades.

Recordo-me de Carlos Reis, reitor da Universidade Aberta, em 2008, a explicar, numa sessão pública com professores, a propósito do modelo pedagógico virtual da Universidade Aberta, que tecnologia significa "reflexão sobre a técnica", pelo que deve ser usada de forma consciente e produtiva. Os computadores não pensam em lugar dos humanos,

mas podem ajudar a pensar melhor, se forem bem utilizados. Pela sua estrutura hipertextual, os computadores permitem navegar com notável eficiência pelas redes digitais, com ganhos imensos, o que os torna indispensáveis.

Em termos de metodologias de ensino, mais do que dar centralidade ao estudante em substituição do professor no processo de aprendizagem, uma ideia muitas vezes defendida, mas que é enganadora, deve apostar-se no aumento da interação e colaboração, seja entre professores e estudantes, seja entre próprios professores ou estudantes, visando uma formação efetiva e a produção e disseminação de conhecimento novo.

OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS não podem limitar-se a ensinar, porque têm também a obrigação de investigar, participar em atividades de extensão universitária, exercer funções de gestão nas suas instituições e participar em outras tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluem no âmbito da atividade de docente universitário. É o Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), no artigo 4.º, que acabo de expor,¹ que traduz essa dinâmica, com o objetivo de uma aproximação dos professores à sociedade. Mesmo a separação entre as carreiras de docência e investigação é hoje criticada por alguns responsáveis universitários que defendem a unificação de carreiras (como é o caso do Prof. Cruz Serra, reitor cesaante da Universidade de Lisboa),² como forma de garantir uma maior qualidade tanto do ensino como da investigação.

Assim como não pode limitar-se a ensinar, o professor universitário deve saber ensinar de maneira diferente do passado, fazendo uso de novas metodologias de ensino e das redes digitais. E, sobretudo, deve ser

Uma das prioridades deverá ser o apoio a iniciativas transnacionais na área da ciência aberta, com a criação de infraestruturas comuns de comunicação, preservação e disseminação do conhecimento

próximo, tanto dos estudantes como dos colegas. Ainda há poucos anos, em algumas áreas científicas, era quase tão impensável um professor publicar um artigo científico com um estudante como com um colega, privilegiando-se o trabalho exercido de forma hierárquica e isolada. Hoje há que apostar em novas formas de colaboração, tanto em projetos como na publicação de trabalhos ou no desenvolvimento de patentes, que, ao invés de diminuírem, aumentam a exigência científica, por via da integração de mais pessoas no sistema científico. Essa é também uma forma de introduzir diferenciação nos sistemas de ensino superior de massas e promover a mobilidade social dos estudantes, aproveitando os seus talentos.

Neste contexto, pessoas e países aproximam-se vertiginosamente. No atual estágio de globalização, a afirmação dos países depende fundamentalmente do que os seus cidadãos fazem no mundo, pela facilidade com que podem mover-se, tanto fisicamente como, sobretudo, digitalmente, sabendo-se que um país é tanto mais desenvolvido quanto maior é o número de pessoas que utilizam produtivamente as redes digitais.

A qualidade da representação política continua a ser condição necessária do desenvolvimento, mas não é condição suficiente. A riqueza dos países depende das redes de relações das suas instituições e pessoas e é nisso que as universidades devem apostar. Poderão continuar a ser universidades nacionais, ao serviço até dos interesses dos Estados, mas devem estar viradas ao mundo.

Nesta matéria, podemos aprender com o futebol. A seleção e os clubes portugueses de futebol estão mais bem classificados nos rankings internacionais do que as universidades

portuguesas, porque apostaram há muito na formação e nos processos de recrutamento e há uma elevada internacionalização.

Assim como a qualidade das seleções de futebol depende da formação dos treinadores, dos jogadores e dos demais agentes do sistema desportivo, também a riqueza dos países depende dos níveis de formação dos seus cidadãos. Eu até inventei um quarto participio futuro para a língua portuguesa para expressar essa ideia: "formaturo", como "aquele ou aquela que deve ser formado".

NO CAMPO DO ENSINO SUPERIOR, uma diferença em relação ao passado é que as escolhas das pessoas são cada vez mais livres, porque podem estudar em qualquer instituição do mundo, sem necessidade de se mover. Um estudante pode estar no Índia e estudar numa universidade de referência dos Estados Unidos ou da Europa. Além disso, pode construir o curso à medida dos seus interesses. Importante é que haja cada vez mais instituições com capacidade e flexibilidade para atrair os melhores, sejam estudantes, professores ou pessoal especializado, numa base de respeito pelo ideário científico.

Nada disto se faz sem preparação. O campo das reformas necessárias nos modernos sistemas de ciência, ensino superior e inovação (que são muito diferentes dos tradicionais sistemas universitários autárquicos) é complexo e exige avultados investimentos. O desenvolvimento de sistemas de ensino inclusivos (que deem resposta, por exemplo, à educação de populações fora da idade de referência, uma questão hoje premente) e a criação de condições para uma investigação de qualidade exigem uma forte colaboração

entre os governos, as instituições de investigação e ensino e a sociedade, tanto na definição de estratégias concertadas como na partilha de meios e responsabilidades. Em Portugal, isso faz-se, em parte, no CRUP, mas está-se aquém do que é necessário.

A transição digital das instituições de ciência e ensino superior é nevrálgica. Para além de capacitar as instituições tecnologicamente e de formar as pessoas, é preciso estabelecer uma agenda de prioridades públicas e de sensibilizar as pessoas para elas. Neste contexto, defendo a criação de uma "diplomacia" académica que seja capaz de estabelecer uma ordem internacional de cidadania na área da ciência e do ensino superior, visando dar resposta a problemas globais, como aconteceu com o combate à pandemia.

Uma das prioridades deverá ser o apoio a iniciativas transnacionais na área da ciência aberta, com a criação de infraestruturas comuns de comunicação, preservação e disseminação do conhecimento. Não há universidades ou centros de investigação, por maiores que sejam, em qualquer país do mundo, que tenham por si só capacidade financeira para tal, pelo que precisam de colaborar. Se é assim na exploração aeroespacial, deve também ser na ciência e ensino superior, duas modernas áreas de soberania dos Estados.

Há tempos um colega lamentava-se de o Estado ter deixado uma cátedra no exterior sem financiamento, ao que eu referi o problema dos professores que estão tão ocupados fora da universidade que não cumprem as suas tarefas. São dois exemplos que locam o cerne da reforma das universidades, o que passa por saber quais são as funções destas no nosso tempo, porque isso não é totalmente evidente. Qual deve ser, por exemplo, o comprometimento das universidades com a aprendizagem ao longo da vida? Já vi universitários rechaçarem a ideia, por supostamente defraudar a missão histórica das universidades, sem se procurar sequer saber o que significa o conceito, que aliás não é novo. Deixei este exemplo, porque as necessidades de formação exigem em particular a transformação das universidades, mas há outros.

Na base da minha argumentação estão critérios que se prendem com as funções legais e estatutárias das universidades e dos universitários que implicam mudanças no sistema. Em próximos artigos, analisarei domínios específicos em que a reforma deve incidir, tendo em conta essas funções e os objetivos estratégicos de política nacional, europeia e internacional em matéria de ciência, ensino superior e inovação. ■